

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.260 - PE (2014/0296036-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : DAMOVO DO BRASIL S.A  
**ADVOGADOS** : CIRO LOPES DIAS E OUTRO(S) - SP158707  
ANDRE IGLESIAS MARUJO E OUTRO(S) - SP300041  
**RECORRENTE** : ERICSSON TELECOMUNICAÇÕES S/A  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE WANDERLEY LUSTOSA E OUTRO(S) - PE015656  
BELISÁRIO DOS SANTOS JUNIOR - SP024726  
**ADVOGADA** : JULIANA VIEIRA DOS SANTOS - SP183122  
**RECORRIDO** : NORTEL DATA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMATICA LTDA  
**ADVOGADOS** : VICENTE COELHO ARAÚJO - DF013134  
JOÃO HUMBERTO DE FARIAS MARTORELLI E OUTRO(S) -  
PE007489  
PIERRE TRAMONTINI E OUTRO(S) - DF016231  
ANA CAROLINA BORBA LESSA BARBOSA E OUTRO(S) -  
PE018813  
ARNALDO JOSÉ DE BARROS E SILVA JÚNIOR E OUTRO(S) -  
PE010431  
NATALIA PEPPI - SP297369

## EMENTA

AÇÃO DE RESSARCIMENTO. CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E OUTRAS AVENÇAS. INADIMPLEMENTO. ART. 535, II, DO CPC/1973. VIOLAÇÃO NÃO CONFIGURADA. DECLARATÓRIOS CORRETAMENTE REJEITADOS. APELAÇÃO DECIDIDA MONOCRATICAMENTE PELO DESEMBARGADOR RELATOR. POSTERIOR RATIFICAÇÃO PELO COLEGIADO, EM JULGAMENTO DE AGRAVO INTERNO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. PRECEDENTES. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO QUANTO AOS PONTOS RELACIONADOS AO MÉRITO DA CAUSA, INCLUSIVE QUANTO AOS ALEGADOS DISSÍDIOS JURISPRUDENCIAIS. ACÓRDÃO ESTADUAL QUE EXTRAIU SUAS CONCLUSÕES DO SUBSTRATO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS E DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. FIXAÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. PRETENDIDA REDISCUSSÃO SOBRE O NÍVEL DE DECAIMENTO DAS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES.

Recurso especial de Damovo do Brasil S/A conhecido em parte e, nessa extensão, improvido.

## DECISÃO

# *Superior Tribunal de Justiça*

Norteldata Telecomunicações e Informática Ltda propôs, em outubro de 2002, ação de ressarcimento contra Ericsson Telecomunicações S/A e Damovo do Brasil S/A sob a alegação de que as rés, de longa data, vinham descumprindo as obrigações assumidas no contrato de representação comercial e outras avenças celebrado em 1986.

Após longa e exaustiva instrução processual, em abril de 2012 foi proferida sentença pelo Juízo da 9ª Vara Cível do Recife/PE, que reconheceu a parcial procedência dos pedidos formulados pela autora. O dispositivo foi assim redigido:

Ante o exposto, com fundamento nos artigos 269, I do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido inaugural, Norteldata Telecomunicações e Informática Ltda, para condenar as rés a pagarem à autora os valores relativos aos percentuais não repassados pelos serviços de Assistência Técnica prestados decorrente da diferença entre o percentual efetivamente pago 60% (sessenta por cento) e o previsto no contrato 90% (noventa por cento), correspondente a R\$ 2.536.966,27 (dois milhões quinhentos e trinta e seis mil novecentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos); condeno, outrossim, ao pagamento dos valores devidos pelos custos de atendimentos realizados a produtos em garantia, no percentual de 2% (dois por cento) sobre os equipamentos vendidos pelas rés que totalizam R\$ 180.556,70 (cento e oitenta mil quinhentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos); condeno ao pagamento dos valores residuais decorrentes das diferenças de percentuais aplicados às comissões de vendas em relação aos previstos no contrato, no montante de R\$ 364.796,11 (trezentos e sessenta e quatro mil setecentos e noventa e seis reais e onze centavos); e, por fim, o valor de R\$ 54.694,74 (cinquenta e quatro mil seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos), referente ao estorno indevido sobre a subcontratação do CAT de garantia da DAMF, tudo em conformidade com os valores apontados no esclarecimento do segundo Laudo Pericial de fls. 8.332/8.332, em razão de considerar a prescrição quinquenal aplicável ao caso, totalizando o valor correspondente a R\$ 3.137.013,87 (três milhões cento e trinta e sete mil, treze reais e oitenta e sete centavos), acrescido da aplicação de correção monetária pela Tabela Encoge e juros na conformidade do que disciplina o art. 406, do CC, ambos a partir da citação.

Condeno as rés, ainda, ao pagamento do percentual de 50% (cinquenta por cento) das comissões auferidas pelas vendas realizadas em área de exclusividade da Norteldata, consoante previsto na Cláusula 4ª do contrato pactuado, valor que deverá ser apurado em sede de liquidação de sentença.

Rejeito o pedido formulado pela autora para pagamento pelas rés do percentual de repasse de subcontratação do CAT referente ao mês de março de 2002.

Fixo os honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte

# Superior Tribunal de Justiça

por cento), sobre o valor total da condenação em favor da parte autora, tendo em vista haver os demandados decaído de parte mínima do pedido.

Os embargos de declaração opostos a essa decisão por Damovo do Brasil S/A foram rejeitados.

Em seguida, Damovo e Ericsson interpuseram as próprias apelações, cuja relatoria, no Tribunal de Justiça de Pernambuco, coube ao Desembargador Sílvio de Arruda Beltrão.

Por intermédio de decisão unipessoal, proferida nos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil de 1973, S. Exa. negou seguimento aos apelos.

A essa decisão, Ericsson e Damovo opuseram, separadamente, embargos de declaração.

Duas foram as decisões proferidas pelo Desembargador relator: uma para rejeitar os embargos opostos por Ericsson Telecomunicações S/A, outra para acolher os declaratórios apresentados por Damovo do Brasil S/A, com efeitos modificativos, nestes termos:

Assim, não resta dúvida de que o valor adotado na condenação, o qual foi indicado pelo Perito e albergado pelo togado a quo em sua sentença, já se encontra atualizado até 30 de abril de 2009, portanto, a aplicação de correção monetária pela Tabela Encoge e os juros na conformidade do que disciplina o artigo 406, do Código Civil, só poderá incidir a partir da mencionada data, ou seja, a partir de 01 de maio de 2009 e não a partir da citação como determinado na sentença.

Por tais razões, e verificado o equívoco em que laborou o togado sentenciante ao fixar o marco inicial de incidência da correção monetária e juros a partir da citação, dou provimento aos Embargos de Declaração para, integrando a parte do julgado questionada, fixar como data base a contagem da correção monetária pela Tabela Encoge e os juros na conformidade do que disciplina o artigo 406, do Código Civil, sobre o valor encontrado pelo expert no montante de R\$ 3.137.013,87 [...], a incidir a partir de 01 de maio de 2009, mantidos os demais termos da sentença.

Na sequência, somente a ré Damovo interpôs agravo interno.

# *Superior Tribunal de Justiça*

No julgamento do referido agravo, a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco decidiu negar-lhe provimento. Eis a ementa do julgado:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E OUTRAS AVENÇAS. DESCUMPRIMENTO. AÇÃO DE RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. CONDENAÇÃO. APELAÇÕES. PRELIMINARES DE CERCEAMENTO DE DEFESA E ILEGITIMIDADE PASSIVA LEVANTADAS PELA ERICSSON TELECOMUNICAÇÕES S/A REJEITADAS. MÉRITO EM QUE SE ALEGA ALTERAÇÃO NA ESTRUTURA SOCIETÁRIA DA ERICSSON. O QUE LEVOU À SUCESSÃO DO CONTRATO PELA DAMOVO. INEXISTÊNCIA. REPULSA À CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA IMPOSTA ÀS EMPRESAS DEMANDADAS. MANUTENÇÃO. VERBA HONORÁRIA QUESTIONADA, MAS MANTIDA. RECURSOS IMPROVIDOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS PELA DAMOVO DO BRASIL S/A. OMISSÃO. QUESTIONAMENTO SOBRE O DIES A QUO PARA INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS DE MORA. ACOLHIMENTO. FIXAÇÃO DA DATA BASE PARA CONTAGEM DA CORREÇÃO MONETÁRIA PELA TABELA ENCOGE E OS JUROS NA CONFORMIDADE DO QUE DISCIPLINA O ARTIGO 406, DO CC/2002. SOBRE O VALOR ENCONTRADO PELO EXPERT NO MONTANTE DE R\$ 3.173.013,87, A INCIDIR A PARTIR DE 01 DE MAIO DE 2009. EMBARGOS ACOLHIDOS. OMISSÃO SANADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA ERICSSON TELECOMUNICAÇÕES S/A. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. AGRAVO DO § 1º DO ARTIGO 557 DO CPC, PROMOVIDO PELA DAMOVO DO BRASIL S/A. PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA ANTE O CERCEAMENTO DE DEFESA DA DAMOVO, POR EXCEPCIONALIDADE DO JULGAMENTO MONOCRÁTICO, REJEITADA À UNANIMIDADE. NO MÉRITO, RENOVAÇÃO DA ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE NOVAÇÃO SUBJETIVA PELA ACEITAÇÃO DE PAGAMENTO E EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS. MODALIDADE QUE EXIGE CONTRATO ESPECÍFICO. INEXISTÊNCIA. PERÍCIA CONTÁBIL QUE COMPROVA A EXISTÊNCIA DO CONTRATO, A SUA VIOLAÇÃO, AS PENALIDADES PREVISTAS NO INSTRUMENTO DE CONTRATO E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO COMPETENTE. MATÉRIAS DE FATO E DE DIREITO DEVIDAMENTE COMPROVADAS. MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO NA VERBA HONORÁRIA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO INDISCREPANTE.

- O enfrentamento monocrático do apelo encontra amparo na própria lei de regência que prevê que se negue provimento ao recurso que se

# *Superior Tribunal de Justiça*

apresente como 'manifestamente inadmissível', improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior' (CPC, artigo 557, caput);

- 'Eventual nulidade da decisão monocrática fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado na via de Agravo Regimental' (STJ - REsp 1244485/ES, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/05/2011, DJe 25/05/2011);

- É importante deixar bem claro que a matéria discutida está ligada a pontos que foram devidamente e plenamente esclarecidos pela Perícia Contábil realizada, pelos esclarecimentos posteriores realizados pelo Perito, restando também certo que, comprovadas a existência do contrato, a violação deste e, identificadas, isoladas as penalidades previstas no instrumento de contrato (matéria de fato), a aplicação da legislação competente (matéria de direito) se deu em estrita consonância com os contornos determinados pela lei, não merecendo qualquer guarida insurgência manifestada em sede de Agravo forjado com base no § 1º do artigo 557 do CPC.

Inconformadas com o resultado do julgamento, as rés opuseram, separadamente, embargos de declaração ao acórdão do agravo interno, tendo sido rejeitados os declaratórios de Damovo e não conhecidos os de Ericsson.

Passo seguinte, as rés apresentaram os próprios recursos especiais, que foram admitidos na origem.

Examino, nesta decisão, o especial interposto por **Damovo do Brasil S/A**, que contém as seguintes alegações:

(I) violação do art. 535, II, do CPC/1973, em razão de haverem sido rejeitados os embargos opostos ao acórdão do agravo interno sem que fossem sanadas as indicadas omissões;

(II) violação dos arts. 555 e 557 do CPC/1973, decorrente da impossibilidade de que a apelação da recorrente fosse julgada monocraticamente pelo Desembargador relator;

(III) "ao não reconhecer a novação da obrigação, bem como ao aplicar as condições de um contrato caducado, o v. acórdão recorrido violou e negou vigência aos artigos 999, I, e 1.000 do CC/1916 (diploma aplicável ao caso), normas atualmente previstas

# Superior Tribunal de Justiça

nos artigos 360 e 361 do CC/2002";

(IV) ao deixar de reconhecer a deslealdade da conduta da autora, que seria um "exemplo clássico de *venire contra factum proprium* na modalidade *supressio*", o acórdão recorrido teria negado vigência ao art. 131, I, do Código Comercial, "norma que hoje está expressa no artigo 422 do CC/2002". Quanto a essa alegação, sustenta estar configurada divergência jurisprudencial, apontando como paradigma acórdão desta Corte Superior;

(V) o acórdão recorrido teria desconsiderado, "por completo, a vontade das partes, manifestada verbalmente e consolidada durante 13 anos de relacionamento manso e pacífico", tendo, assim, negado vigência ao art. 1.079 do CC/1916, com correspondência no art. 107 do CC/2002;

(VI) violação do art. 333, I, do CPC/1973, tendo em vista que "a Norteldata não se desincumbiu do ônus de provar o alegado descumprimento contratual por parte da Damovo";

(VII) a pretensão deduzida por Norteldata, eivada de má-fé, caracterizaria verdadeira tentativa de enriquecimento sem causa, donde violado o art. 884 do CC/2002;

(VIII) ao rejeitar a alegação de que a Norteldata teria decaído de parte significativa da pretensão deduzida em juízo, deixando de impor-lhe parte dos ônus sucumbenciais, o acórdão teria violado o art. 21 do CPC/1973, além de haver divergido de entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça em caso análogo.

Alinhando argumentos contrários às alegações da recorrente, Norteldata opôs-se ao provimento do recurso.

Brevemente relatado, decido.

De início, revela-se improcedente a alegação de violação do art. 535, II, do CPC/1973, tendo em vista que todas as questões submetidas ao tribunal de origem por meio da apelação da recorrente foram devidamente apreciadas e decididas, primeiramente nas duas decisões monocráticas proferidas pelo Desembargador relator, depois no acórdão resultante do julgamento do agravo interno pela Terceira Câmara Cível, daí que realmente

# *Superior Tribunal de Justiça*

não havia nenhuma necessidade de oposição de embargos de declaração, que foram corretamente rejeitados.

Igualmente improcedente se mostra a alegação de violação dos arts. 555 e 557 do Código de Processo Civil de 1973, e assim é porque, apesar de as apelações haverem sido decididas monocraticamente pelo Desembargador relator, as razões recursais da Damovo foram submetidas à análise do órgão fracionário por meio de agravo interno, valendo fazer o registro de que, por ocasião do julgamento desse agravo, a Câmara julgadora permitiu que o advogado dessa recorrente realizasse a sustentação oral.

Em casos como o ora examinado, em que a decisão unipessoal do relator recebe a confirmação do órgão colegiado, a jurisprudência do Superior Tribunal tem respaldado o procedimento adotado pelos tribunais, afastando alegações de nulidade por ofensa ao princípio da colegialidade, conforme se extrai dos seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 557, §1º, DO CPC NÃO CONFIGURADA. POSTERIOR APRECIÇÃO DA MATÉRIA PELO ÓRGÃO COLEGIADO. ICMS. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS. LEGALIDADE.

1. A decisão monocrática que poderia ter eventualmente descumprido a formalidade exigida pelo art. 557 do CPC não prejudicou a recorrente, uma vez que foi apreciada e confirmada pelo órgão colegiado do Tribunal local. Aplica-se o princípio da instrumentalidade das formas. Precedentes do STJ.

[...]

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp n. 452.463/SP, Relator o Ministro Herman Benjamin, DJe 15/4/2014)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. POSSIBILIDADE. [...] DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

1.- A opção pelo julgamento singular não resulta em prejuízo ao recorrente, pois, no julgamento do Agravo interno, as questões levantadas no recurso de Apelação são apreciadas pelo órgão Colegiado, o que supera eventual violação do artigo 557 do Código de Processo Civil, de acordo com a jurisprudência pacífica desta Corte.

[...]

5.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no AREsp n. 60.354/RJ, Relator o Ministro Sidnei

# *Superior Tribunal de Justiça*

Beneti, DJe 12/3/2012)

Acerca das alegações relacionadas ao mérito, faz-se importante transcrever os fundamentos utilizados pelo Desembargador relator em sua decisão monocrática e que foram posteriormente ratificados pela Câmara julgadora:

No tocante ao mérito, o conflito subjetivo de interesses não mostra qualquer complexidade para o seu deslinde.

A contenda centra foco no descumprimento de obrigações e condições contratuais ajustadas entre as partes, que carream para a Apelada/Autora manifestos prejuízos em razão da diminuição e até suspensão das obrigações constantes do referido instrumento de contrato.

Embora aleguem as empresas Apelantes/Rés alteração no contrato original firmado, resta evidente que aquelas - as Rés - não conseguiram se desvencilhar no curso do processo do ônus de provar a alteração ou aditamento do contrato celebrado com a Apelada/Autora, a fim de legitimar as novas diretrizes do negócio jurídico formal e legalmente existente, evitando, com tal providência, a cobrança das verbas inadimplidas baseadas, como já explicitado, em contrato válido.

A ausência de providências no sentido de promover as alterações contratuais necessárias, permitindo assim a manutenção das disposições firmadas na avença original, militam em desfavor das Apelantes/Rés que, assim agindo, não podem se eximir das responsabilidades firmadas no instrumento celebrado em 1986, que, como restou frisado na sentença, manteve-se vigente entre as partes até a sua rescisão.

Com relação à adoção pela togada sentenciante a vedação a prática do instituto do venire contra factum próprio '...que impede o comportamento contraditório de qualquer das partes contratantes quanto ao que restou assegurado no contrato pactuado', mostra-se perfeitamente adequado ao cenário sob apreciação, a cujo o entendimento filio-me e, como dito no julgado: 'admitir-se serem as demandadas beneficiadas pelos serviços realizados pela autora sob o argumento de que a mesma não teria denunciado o contrato à época é admitir-se o enriquecimento sem causa das mesmas, instituto repudiado em nosso ordenamento jurídico'.

[...]

Já no tocante a ocorrência de 'novação subjetiva pela aceitação de pagamentos e emissão de notas fiscais', esses fatos jamais poderiam caracterizar uma 'novação', pois não há qualquer contrato firmado com a DAMOVO e aquela apenas procedia os pagamentos dos serviços prestados a ERICSSON, não interessando quem efetua o pagamento, mas sim que o serviço foi prestado a ERICSSON e pago, seja por intermédio da DAMOVO ou de qualquer outra pessoa física ou jurídica, sem que isso venha a caracterizar uma 'novação' na

# *Superior Tribunal de Justiça*

modalidade 'subjativa', ante a inexistência, reforce-se, de qualquer contrato firmado nesse sentido.

É fato incontroverso nos autos a responsabilidade das Apelantes/Rés pelo inadimplemento contratual e, com isso, pelos prejuízos amargurados pela Apelada/Autora, os quais emergem sem qualquer embargo.

Diante das circunstâncias fáticas comprovadas, verifica-se que a sentença combatida está em conformidade com a doutrina e a jurisprudência, e o reconhecimento do direito da Apelada/Autora ao pagamento das verbas pretendidas, pois realizou os serviços que lhe incumbia, se mostra alinhado com os julgados proferidos neste Egrégio Tribunal:

[...]

Exauridas as prejudiciais e restando, quanto ao mérito, incontroverso a responsabilidade contratual das Apelantes/Rés em efetuar o pagamento das comissões e demais verbas ajustadas, contratualmente, com a Apelada/Autora e, na linha da jurisprudência sobre o tema, os recursos manejados não merecem ser agasalhados.

Ora, para que se conclua, como pretende a recorrente, que o Tribunal estadual, ao dirimir a controvérsia à luz dessa fundamentação, ofendeu ou negou vigência aos vários dispositivos legais mencionados em suas alegações [arts. 999, I, e 1.000 do CC/1916 (arts. 360 e 361 do CC/2002); 131, I, do Código Comercial (art. 422 do CC/2002); art. 333, I, do CPC/1973; art. 884 do CC/2002; e art. 1.079 do CC/1916 (art. 107 do CC/2002)], far-se-ia necessário novo e aprofundado exame do substrato fático-probatório dos autos e das bases contratuais, mas tal providência, como se sabe, não está ao alcance do Superior Tribunal de Justiça na via recursal especial, conforme entendimento sedimentado nas Súmulas 5 e 7 desta Corte, óbices que igualmente inviabilizam a apreciação das alegações de dissídio jurisprudencial relacionadas a essas mesmas questões.

A respeito da responsabilidade pelo pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência, a Corte de origem entendeu que a sentença, nesse particular, não merecia nenhum reparo. Eis o entendimento manifestado pelo Desembargador relator:

No que diz respeito à verba honorária, apesar da Apelante/Ré afirmar que a Apelada/Autora não decaiu em parte mínima do seu pedido, tal afirmação não se sustenta, pois o único pedido formulado pela Apelada/Autora e que foi rejeitado diz respeito ao pagamento do valor relativo à Nota Fiscal nº 6.672, posto que o pagamento foi realizado conforme prova constante dos autos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Também quanto a esse ponto sobressai a inadmissibilidade do recurso, inclusive quanto ao alegado dissídio, tendo em vista não ser dado a esta Corte, na via especial, modificar a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias — de que a autora, ora recorrida, decaiu de parte mínima de sua pretensão —, pois isso demandaria nova incursão nos elementos fáticos dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Nessa linha:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

[...]

4. A aferição do decaimento das partes em relação ao pedido, para fins de verificação da sucumbência recíproca ou mínima, importa no reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula n. 7/STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.445.107/SP, Relator o Ministro Antonio Carlos Ferreira, DJe 25/10/2019)

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REEXAME DO GRAU DE DECAIMENTO DE CADA UMA DAS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DO SERVIDOR E OUTRO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

3. É inviável em sede de Recurso Especial, aferir o decaimento de cada litigante, com o fim de se estabelecer a proporção dos ônus sucumbenciais com a fixação do percentual dos honorários advocatícios, por demandar imprescindível revolvimento de matéria fática. Precedentes: AgInt no AREsp. 1.194.497/MG, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 24.5.2018; AgInt no REsp. 1.580.876/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 8.5.2018.

4. Agravo Regimental do Servidor e outro a que se nega provimento.

(AgRg no AgRg no AREsp n. 601.214/RS, Relator o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 10/12/2018)

Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial de Damovo do Brasil

# *Superior Tribunal de Justiça*

S/A e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

